

Congresso: ação

O GLOBO

O PAÍS • 3

policial após as férias

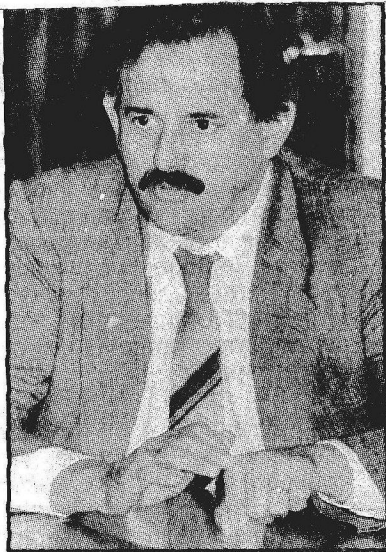
RUDOLFO LAGO
e NUBIA FERRO

BRASÍLIA — Terminado o período de recesso, quando as principais lideranças tiveram a oportunidade de descansar percorrendo um roteiro que começou na Tunísia, passou pelas paradisíacas praias das ilhas gregas e terminou em Lisboa, o Congresso retorna para o segundo semestre envolvido com atividades policiaiscas.

Tradicionalmente corporativa, a Casa terá como primeiras tarefas em agosto decidir que punições dará aos Deputados Jabes Rabelo, que falsificou uma carteira funcional da Câmara, e Nobel Moura, que desferiu no plenário dois socos contra a Deputada Raquel Cândido. Os dois sem partido, os dois de Rondônia e os dois supostamente envolvidos com o narcotráfico.

No mesmo período, o Congresso terá de votar a nova política salarial, que tem de estar pronta no fim de agosto, e o projeto dos salários dos servidores, sobre o qual houve um acordo com o Governo para votar em dez dias. Todos os assuntos têm urgência e o Congresso teme que lhe falte fôlego para apreciar tudo nos prazos que gostaria.

— Não gosto das atividades policiais. Isso não é nada bom para a imagem do Congresso —



Nelson Jobim teme falta de fôlego

preocupa-se o Deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), um dos escolhidos para a Comissão Especial de Inquérito que julgará o caso Jabes Rabelo.

Jobim sabe que tais processos são delicados. A simples divulgação desses casos desmoraliza o Congresso. Mas uma decisão apressada, sem embasamento legal, pode levar a uma desmoralização ainda maior. Por outro lado, o Congresso nem pode pensar em se omitir.

— Se atropelarmos quaisquer dos procedimentos que garantem a defesa do acusado, ele po-

derá recorrer ao Supremo e colocar por terra todo o trabalho do processo. O Judiciário não pode rejeitar a decisão do Legislativo, mas pode julgar se o processo obedeceu a todos os trâmites — explica Jobim.

Nomeado para uma comissão que se destina a resolver um assunto desagradável para a Casa, Jobim gostaria mesmo de ver apreciados, agora, os projetos criados por uma outra comissão da qual fez parte no primeiro semestre com o objetivo de moralizar o Congresso. A Comissão de Modernização dos Trabalhos da Câmara criou vários projetos, entre eles os que proíbem a contratação de parentes e criam uma pauta política para as votações, colocando para segundo plano projetos que não tenham importância.

Jobim ainda é autor de outro projeto que provocará discussões polêmicas no segundo semestre: a regulamentação do uso de medidas provisórias pelo Presidente da República. O projeto foi votada na Câmara no primeiro semestre com a supressão da cláusula que a Oposição julgava mais importante: a proibição de mais de uma reedição de uma mesma medida. A reinclusão dessa restrição ao Poder Executivo está agora nas mãos do Senado, que deverá votar a matéria no segundo semestre.